

A FILOSOFIA DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

PHILOSOPHY OF THE BRAZILIAN ARMY

Felipe Luiz¹

Resumo: O objetivo do artigo é extrair, a partir de textos das Forças Armadas brasileiras, as concepções filosóficas que as embasam. Em um primeiro momento, tenta-se desfazer certa concepção platônica segundo a qual verdade e força não se comunicam, a partir da análise das relações entre alguns filósofos e o uso da força, lançando mão do gênero literário das anedotas. Depois, adentra-se na análise crítica de textos das Forças Armadas, extraíndo suas posições. Por fim, aponta-se algumas incongruências entre o papel teórico que esses textos apontam para as Forças Armadas, seu papel histórico no país e as relações entre força, poder e economia.

Palavras-chave: Filosofia da guerra. Estratégia. Forças Armadas do Brasil.

Abstract: The objective of this paper is to extract from Brazilian Army texts the philosophical conceptions on where they are based. At a first moment, we try to undo the Platonic conception that defends that force and truth do not communicate with other, analyzing the relations between some philosophers and the use of force, resorting on the literary genre of the anecdotes. After, we get into the critical analysis of the Brazil Army's texts, extracting its positions. At end, we point out some incongruities between the theoretical role the texts indicate to the Army, its historical role in the country and the relations between force, power and the country's economy.

Keywords: Philosophy of war. Strategy. Brazilian Army.

Introdução

Para começar, uma anedota: no âmbito das lutas de junho de 2013, nós, estudantes da UNESP, ocupamos a reitoria da instituição, após uma greve de mais de noventa dias. Reintegração de posse concedida, fomos presos². Na delegacia, eu, membro do DCE na época, indaguei, um tanto quanto provocativamente, ao coronel da PM responsável pela ação, se ele defendia a desmilitarização da corporação. A resposta se me assomou surpreendente: “Olhe, segundo Espinosa...”. O assombro da resposta veio da imagem tradicional das Forças Armadas, retratadas como brutas. Além disso, a filosofia, expressão consagrada da razão, portanto, da verdade e do infinitésimo do cálculo mental, parece figurada como contrário ao núcleo do *métier* militar, a utilização

¹ Mestre em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Ciências — Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Marília E-mail: gumapoldo51@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6446-0810>

² Uma reportagem sobre o evento está disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/07/pm-faz-reintegracao-de-posse-em-predio-da-reitoria-da-unesp-em-sp.html>. Acessado em 24 de outubro de 2022

da força. Verdade e força parecem, pela nossa herança platônica, contrárias. Na expressão popular, quando alguém se vale da força, normalmente se diz que a pessoa “perdeu a razão”, quer dizer, vencida pelos argumentos, se valeu daquilo que resta aos brutos, aos que só conhecem a razão das armas, não as armas da razão.

Essa anedota talvez deva ser complementada por outra, desta feita envolvendo os reinos de Morpheus³. A filosofia vem se alimentando, desde o século XVII, das reflexões de Descartes e de seu *cogito*. Este nos diz que a iluminação para escrever o *Discurso do método*, ocorreu por ocasião de uma guerra, em um sonho (DESCARTES, 1987). Nessa mixórdia de força, verdades últimas e as delícias oníricas, Descartes encontrou a inspiração para a pedra de toque da filosofia desde então. Talvez porque somente em sonho, para alguém com a formação idealista de Descartes, verdade e força poderiam se tocar, uma insinuando a outra. Isso nos revela o verdadeiro *leitmotif* da filosofia ocidental desde quase 2500 anos, tema este reforçado pelas desventuras dos cristãos nas mãos dos romanos nos primeiros tempos, onde aqueles, em contato com o *logos* do universo, eram perseguidos exatamente por darem azo à verdade mais primeira que se poderia conceber então, que um deus uno, que é triplo, deu à luz ao universo, ao homem e à razão. Esquecia-se, assim, do velho deus dos judeus ou dos deuses gregos, vingativos, potentes, presentes e poderosos. Esse é talvez o vezo que nos tenha sido legado pelos gregos em última instância.

Mas há ainda uma terceira anedota sobre filosofia e armas — será nosso último recurso a esse gênero narrativo —, a anedota de Tales e o exército⁴. Tales, como se sabe, era um polímata, como o eram todos os primeiros filósofos, em um tempo onde as *historie*⁵ dos filósofos e aquelas dos cientistas ainda não haviam sido divorciadas, talvez com a exceção dos estudos médicos, que já formavam uma corporação própria. A Tales fora dada uma tarefa: ajudar um corpo militar a transpor um caudaloso curso d’água. Tales, sem se fazer de rogado, propôs o uso bruto da força, mas aclimatada pela razão: desviar o curso do rio.

A anedota de Descartes e a de Tales parecem se opor. Tales escreve em um momento anterior à cisão platônica entre verdade e força, onde filósofos e guerreiros,

³ Deus do sono, para os antigos gregos.

⁴ Essa anedota é relatada por Heródoto e Diógenes Laércio. Para detalhes, cf. KIRK, RAVEN, SCHOFIELD, 2010, p. 75 e também, DIÓGENES LAÉRCIO, 1959, p. 38.

⁵ *Historie* é o plural de *história*, que, em grego arcaico, significa investigação, ligando-se ao verbo *historeō*, investigar, examinar. As *historie* eram levadas a cabo para investigar algum campo do saber; nestes marcos, as primeiras pesquisas, como de Anaximandro ou Tales eram *historie* sobre o *kosmos*.

unidos na *koinonia*⁶ da *polis*⁷ e comunicavam, onde filosofia e guerra ainda formavam um todo unido pela busca de objetivos. Com Platão⁸ e, mais ainda, com o imiscuir da teologia cristão na filosofia grega, verdade e força passam a se opor, a filosofia rompe seu vínculo com as hostes guerreiras, e a verdade vai se isolar no céu, junto aos anjos e ao divino.

Nada mais enganoso que a perspectiva platônica. De um lado, filósofos vêm escrevendo sobre guerra, conflitos e luta. Filosofia e guerra, em uma tradição muito antiga, mantêm estreitas tradições e, no soar dos conflitos, são também as filosofias que se enfrentam: filosofias de unidades políticas opostas, éticas variegadas, gostos estéticos, lógicas de pensamento. A filosofia está presente nos campos de batalha, ressoa os conflitos, os organiza, luta-se para impor diferentes filosofias e diferentes *ethos* aos inimigos ora em confronto. A luta pela imposição de uma filosofia, de uma teologia, de um modo de organização social, tudo isso vem marcando a história do mundo e, mais ainda no século ora findo, onde duas grandes filosofias políticas, liberalismo econômico e leninismo, se opuseram, carregando junto toda a orbe terrestre.

Nosso conceito de filosofia deve ser entendido em um duplo registro. O primeiro é aquele que aceita as considerações de Tempels⁹ (1961), segundo a qual toda ação humana guarda um fundo filosófico, explícito ou não, e que cabe ao filósofo aclará-lo. O segundo, de que essa filosofia do agir encontrou sua sistematização maior nos antigos gregos, legando ao mundo uma tradição na qual ainda estamos envoltos. Assim, por trás da violência, também haveria uma filosofia que a guie, considerações especialmente teóricas que definem as diretrizes do uso da força, dando-lhe vazão. Que dirá, então, da forma organizada e sistemática de violência chamada guerra? A disciplina que se ocupa com essa forma de uso da força é a filosofia da guerra, disciplina obnubilada, mas muito viva.

⁶ Comunidade em grego antigo.

⁷ Unidade política pré-helenística na Hélade clássica.

⁸ São famosas as diatribes de Platão contra os sofistas, movimento que caracteriza toda a obra aporética de Platão, normalmente considerada como os primeiros diálogos. Mas esta luta contra uma certa concepção de saber e de verdade entendida como expressão da força se nota até mesmo na obra mediana de Platão. Por exemplo, todo argumento da *República* é elaborado a fim de contrapor a noção de um sofista, Trasímaco, de que a justiça seria a conveniência do mais forte. Platão mobiliza um sistema metafísico completo para mostrar como essa concepção, a qual, no fim das contas, equipara verdade e força, é equivocada ((PLATÃO, 327a-621d)

⁹ R. P. Placid Tempels (1907-1977) foi um missionário belga no Congo. Escreveu um livro chamado *A filosofia banto*, no qual defende que os nativos daquela região tinham um verdadeiro sistema de pensamento próprio, incluindo uma ontologia. Para mais detalhes consultar LUIZ, F. *As filosofias não ocidentais: a filosofia africana e a ontologia banto segundo Tempels*. Revista Reflexões, v. 8, p. 132-144, 2019.

É exatamente no âmbito de uma filosofia da guerra, aparentada à filosofia política, que abordaremos, na sequência do texto, uma das instituições mais importantes, pelo papel que desempenhou na história do Brasil — para o bem e para o mal: as Forças Armadas (doravante, F.A.), com ênfase do Exército. Analisaremos alguns manuais do Exército a fim de extrair uma concepção filosófica, que, talvez, nos oriente no porvir, em nossas próprias produções teóricas, centradas no conceito de estratégia.

1. Concepção política geral

O universo filosófico das F.A. está marcado por divisões binárias: guerra-paz, externo-interno, força-diálogo (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2001). O primeiro dueto se explica pela própria missão das F. A.: organizar a violência do Estado contra agressões a este próprio Estado, visando garantir a paz, ainda que por meio da guerra. Nesse sentido, as F.A. são a barreira última e a fonte primeira do poder do Estado; com isso, elas coadunam com velhas expressões da filosofia e ciência política, segundo as quais é através das armas que se pode resolver o enigma do Estado. Mas, como os manuais demonstram, as FA não são, propriamente falando, políticas, mas operacionais. Elas estão ligadas a uma ciência específica, a ciência da Estratégia. Clausewitz¹⁰ (1905), e mesmo Sun Tzu (s.d.), já apontavam como as armas devem estar subordinadas ao soberano, para este último, e à política para o primeiro. A estratégia militar, nesses marcos, enquanto pedra angular da arte da guerra, não pode se imiscuir na política; esta trata dos fins, dos objetivos, enquanto que a estratégia trata dos meios, da utilização da força militar para se atingir as metas fixadas pela política. Destarte, as F.A. devem estar subordinadas à política, o que, como sabemos, é o contrário do que ocorreu e do que ocorre na história do país, de modo que as F.A. estão em contradição com os textos que veiculam.

O objetivo das F.A. é defender uma ordem legal, expressa nos Objetivos de Estado, claramente distinguidos dos Objetivos de Governo (ECEME, 2011). No nível dos Objetivos de Estado estão expressas noções muito gerais, adaptadas da Constituição. Da crítica a essa Constituição e seu ordenamento jurídico, se pode

¹⁰ Carl von Clausewitz (1780-1831), militar e teórico da guerra prussiano, tomou parte nas guerras napoleônicas e escreveu um dos principais tratados sobre a guerra da história do mundo, chamado tão-somente *Vom Kriege, Da guerra*.

depreender uma crítica ao papel das F.A.. Como se sabe, certo liberalismo, o liberalismo social, marca aquela Carta. Assim, se esperaria que as F.A. fossem atravessadas pela defesa dessa ideologia, mas, na prática, seja por compromissos históricos, seja pela vigência de uma tradição, essa defesa nem sempre se faz presente na instituição, a qual publica, por exemplo, através de sua editora (BIBLIEX) textos defensores da escola austríaca com seu ultraliberalismo, além de fazer a defesa, por meio do Clube Militar, ou mesmo de eventuais expressões políticas de seus membros na imprensa, de posições que identificam a instituição com notórios torturadores e defensores do neoliberalismo mais feroz, desfazendo assim o vínculo esperado das F.A. com a defesa da Carta Magna de 1988¹¹.

No âmbito dos inimigos a se combater, as F.A. devem defender a integridade da nação e de seus Objetivos de Estado, de modo que, todo aquele que a estes se oponha, é considerado adversário. Há uma velha tradição nas F.A. de alinhamento e defesa do Ocidente, alinhamento este que passa por Golbery¹² (1967), por Fort Leavenworth¹³ e a missão brasileira que tomou parte em uma formação preparatória do envio da FEB ao Teatro de Guerra europeu (LYRA TAVARES, 1976). No âmbito interno, sabemos que a dupla defesa do Hemisfério e de seu autoproclamado valor filosófico por excelência, o liberalismo, foi o estopim do golpe de 1964, somado à situação interna e à certa concepção do papel das F.A. na história do país. Ironicamente, desatou-se um golpe de Estado calcado na defesa do liberalismo político, enterrando este, a fim de salvá-lo. Assim, inimigos externos e internos se misturam e, muitas vezes, as F.A. não conseguem ter discernimento entre um ou outro, atacando aqueles aos quais os soldados e oficiais juram defender.

Mas não é só através do uso da Força que agem as F.A., e este é o último recurso. Propõe-se outras formas de defesa do Poder Nacional — termo chave, sobre o qual tornaremos —, que podem e devem ser exercitados. Em um de seus textos, as F.A.

¹¹ Esse tipo de vínculo pode ser acompanhado em sites mantidos por militares, como o Defesanet (www.defesanet.com.br, acessado em 24/10/2022).

¹² Golbery do Couto e Silva (1911-1987) militar brasileiro, um dos principais operadores do golpe cívico-militar de 1964, bem como, se seguirmos a narrativa de Elio Gaspari na sua série de livros sobre a ditadura, *As Ilusões armadas*, do fim do regime. Cf. GASPARI, E. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; cf. ainda GASPARI, E. A ditadura derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

¹³ Localidade estadunidense onde uma missão de oficiais das F.A. estagiou, fazendo cursos preparatórios para a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, conforme explicado na sequência do texto.

apresentam, dentre outros, o general francês Beaufre¹⁴ (ECEME, 2011) como um dos principais pensadores contemporâneos da Estratégia. Esse general se salienta por ter uma visão ampla do tema, defendendo, por exemplo, que a estratégia se desenrola em vários campos, dentre os quais o diplomático (BEAUFRE, 1963). Pode-se ler, desta feita, que as F.A. estão ressonando Beaufre ao defender outros meios de ação que ultrapassam o cano do fuzil.

É possível asseverar, observado o acima exposto, que, no âmbito da filosofia política mais geral, as F.A. se pautam na defesa de uma filosofia política específica, o liberalismo, o que resvala na defesa de certas teorias econômicas, o neoliberalismo, forma hodierna do liberalismo clássico, comportando rupturas importantes. O Estado é entendido como árbitro dos conflitos, em uma sociedade de classes, cabendo a essas mesmas F.A. o papel de *garant* da ordem social. Ao mesmo tempo, por definição, às F.A. se opõem ao socialismo, entendido, ao mesmo tempo, como doutrina contrária ao ordenamento jurídico de nossa sociedade e como filosofia política exótica, asiática por assim dizer, se lembrarmos tanto que a URSS era herdeira do Império russo, a águia de duas cabeças, como que a maior parte dos regimes alinhados integralmente ao socialismo são nações do distante Sudeste asiático; assim, o socialismo seria teoria política contrária à defesa do Hemisfério. É salutar que nos interroguemos se não há aqui ecos tanto do historiador inglês Arnold Toynbee (1953) quanto do teórico neoconservador Samuel Huntington (2013). O primeiro é um famoso historiador de civilizações, e pensava a revolução russa como uma resposta, enquanto civilização eslava, à modernização ocidental; é ainda nesses marcos que Toynbee (1963) encarava o próprio helenismo, enquanto uma civilização que se esfacelou ou se alterou profundamente diante do desafio da religião oriental. Já Huntington é um dos ideólogos mais influentes da direita estadunidense. Para ele, o mundo está dividido em civilizações e, com a queda da URSS, seria no marco de um conflito entre estas que as relações internacionais estariam marcadas. Cabe salientar que Huntington, assessor dos decisores da política dos EUA, não considera a América Latina parte da civilização ocidental — esta que os militares brasileiros se tomam como arautos e defensores.

¹⁴ André Beaufre (1902-1975) militar e teórico da guerra francês. Foi parte muito ativa na Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, tornou-se figura-chave na OTAN e nos episódios da Guerra de Suez (1956).

2. Concepção filosófica

Mas não é só no âmbito da filosofia política que os militares podem ser situados. Há uma forte concepção filosófica, ontológica mesmo, que os embasa. É sobre esta que versaremos agora.

Há, pois, a noção central que a ideia de conflito desempenha. Conflito guarda parentesco com inúmeras noções, com ligeiras ou amplas alterações semânticas: guerra, combate, luta, enfrentamento, disputa. Os militares tomam que há um conflito que envolve as distintas unidades políticas, e que a hegemonia é garantida pela atuação da força.

Sejamos à imagem de nosso objeto e batamos por parte. Primeiro, a noção que subjaz, do Poder Nacional. Aqui, devemos retornar a Beaufre. Pode-se dizer que a ciência da Estratégia passa por vários momentos desde Clausewitz, com episódios especiais em Liddel Hart¹⁵ e o próprio Beaufre (LUIZ, 2019). Analisemos o trecho abaixo, que trata da estratégia:

Entendida na Antiguidade como a “arte do general”, restrita ao campo de batalha, a palavra estratégia teve seu significado ampliado ao longo do tempo. Partindo da noção clássica militar, que perdurou por séculos, o campo semântico do vocábulo alargou-se quando, no século XVII, a guerra passou de limitada a nacional, mobilizando toda a nação. De nacional passou, já no século XX, a total, quando deixou de ser realizada apenas pela expressão militar e começou a envolver a totalidade da nação. A seguir, assumiu dimensão global, com a II GUERRA MUNDIAL. Posteriormente, quando o homem atingiu o espaço sideral e começou a explorá-lo, tomou a dimensão planetária. b. Deve ser ressaltado que, após a II GUERRA MUNDIAL, o campo de ação da estratégia estendeu-se também aos períodos de paz, ou seja, que as nações passaram a adotar estratégias nas relações internacionais e no planejamento governamental, quando ultrapassou o campo da segurança e passou a ser empregado no desenvolvimento. Nos anos subsequentes, o vocábulo adquiriu amplo e diversificado uso quando atingiu a totalidade dos segmentos da sociedade, mormente ligado à ciência da administração, e popularizou-se com significado muitas vezes diferente daquele original, de luta entre vontades opostas (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2001, p. 1-3)

Esse movimento pode ser exemplificado nos principais propugnadores da estratégia: Clausewitz, teórico das guerras napoleônicas, portanto, das guerras

¹⁵ Basil Henry Liddel Hart (1895-1970) militar e teórico da guerra inglês. Prolífico autor, escreveu múltiplos livros enfocando a teoria da guerra em geral, e a Segunda Guerra Mundial, em particular.

nacionais; Liddel Hart, militar inglês, pensador da guerra total, já no século XX; e, por fim, Beaufre, o qual se debruçou sobre o caráter global da guerra.

A guerra tornou-se assim, responsável pela ordem internacional, quando ela devém o meio último ao qual se recorre a fim de garantir o *establishment* planetário. É na disputa entre as forças, pela força, que se resolve o destino do planeta, bem como das diferentes filosofias que embasam as diferentes unidades políticas. Cada Unidade política guarda distintas expressões de seu Poder Nacional, a capacidade de influir no cenário internacional e nacional e, em um futuro não muito distante, especialmente com a criação recente da *Space Force*¹⁶, interplanetário. As expressões do Poder Nacional são: Militar, Política, Econômica, Psicossocial e Científica-Tecnológica. Pode-se inferir que é a força que garante o domínio do Poder Nacional. Diz-se o seguinte:

Política, poder e estratégia formam a trilogia fundamental da “teoria do poder”. A política é o farol que ilumina o poder e orienta a estratégia; política (objetivos) sem poder (meios) nada pode; ambos, política e poder sem estratégia (modos), nada valem. Se a política quer fazer e o poder deve e pode fazer, a estratégia será a satisfação da vontade possível, ou a resposta a desafios, ou, em síntese, a maneira de satisfazer a vontade (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2001, p. 1-2)

O Poder são os meios, portanto. Poder é um verbo, mas também um substantivo. A estratégia define o modo de utilização do poder, no âmbito do que foi estabelecido pela política. Em escala planetária, os distintos Poderes Nacionais disputam influência, quer dizer, mais poder, mais meios, capazes de realizar, através da estratégia, os fins estabelecidos pela política. Beaufre, no *crescendum* exposto, trabalha, conforme demonstrado, com uma concepção que universaliza a estratégia, cobrindo esta todas as facetas de uma sociedade, e sendo utilizada não só na guerra, como também na paz.

A concepção que parece embasar as teorizações do exército brasileiro é uma que universaliza a guerra. Heráclito, no fragmento 53 DK diz que “*pólemos pantōn men patēr esti, pantōn de basileus, kai tous men theous edeixe tous de anthropous, tous men doulous epoiese tous de eleutherous*” (Heráclito, 53DK, apud KAHN, 1979, p. 66); tradução: “a guerra é de todas as coisas pai, de todas rei, e pois os deuses mostraram, como os homens, de uns pois escravos fez, de outros livres”. No âmbito da luta pela majoração do Poder Nacional, a guerra há de mostrar quem será dominado e quem será

¹⁶ Algumas informações podem ser encontradas em sites de notícias. Por exemplo, aqui <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/01/24/trump-divulga-logo-da-forca-espacial-dos-estados-unidos.ghtml>. Acessado em 24/10/2022

dominante. Para isso, é necessário garantir a unidade do próprio Poder Nacional, enquanto expressão de uma civilização. Essa posição pode ser entendida como a majoração do Poder Nacional de uma civilização, pela defesa renhida que as F.A. fizeram, ao longo da história, de uma aliança de um Ocidente expandido contra as civilizações exóticas e suas teorias também exógenas. Assim, é mister garantir a paz social, quer dizer, minimizar as lutas internas ao Poder Nacional, como as lutas de classe ou conflitos étnicos, impondo uma trégua a qualquer custo em benefício desse mesmo Poder Nacional.

Poder se liga com as noções de força e de potência. Quem pode, exerce uma força, dá sinais de potência. Há muitos conceitos de força como também de potência, não só em filosofia política como em física. No livro Delta da Metafísica, Aristóteles trata do conceito de potência (*dynamis*) enquanto causa da mudança e origem do movimento (ARISTÓTELES, 1019^a). O idioma alemão é ainda mais rigoroso, distinguindo entre *sollen*, *dürfen*, *können*, todos vertidos ao português como poder; pode-se adicionar a esses verbos a noção de *Kraft* e um derivado desses verbos, como *Macht*, observado que facilmente se substantiva verbos em alemão, passando estes para o gênero neutro. A filosofia vem se debruçando sobre o tema e as respostas são múltiplas.

Aqui, doravante, tentaremos ensaiar outra resposta. Distinguiremos entre *poder* e *força*. *Força* será tomada como coextensiva ao ente. Existir é manifestar *força*; quando se morre ou se deixa de existir, a *força* desvanece e com ela o *poder*. Mas nem toda *força* se transforma em *poder*. *Poder* é um fenômeno da política, enquanto que a *força* é um fenômeno do ente. Não existe *poder político* entre muitos animais, mas existe em todos certa *força*. O *poder*, com seu adjetivo “político”, é próprio de uma sociedade. Não existe *poder* sem uma sociedade no qual ele se exerça. Ele está ligando com a capacidade de determinar o devir do objeto em uma correlação de forças. Assim, como o modo de utilizar o poder é equivalente, tal qual visto, de *estratégia*, *poder* e *estratégia* são termos aparentados, o que não quer dizer sinônimos. O *poder* emprega uma *estratégia* para aumentar sua *força*. Ao mesmo tempo, a *política* é o nome dado à determinação do modo de vida da *pólis*. Destarte, a *política* utiliza o *poder*, através de uma *estratégia*, para determinar esse modo de vida. Cada substanciação da *estratégia* é chamada de *tática*. Como toda *tática* guarda consequências, ela tem efeitos estratégicos.

As F.A. têm *força* e *poder*. *Força*, na medida em que possuem armas, um exército treinado em seu uso, distribuição por todo o território nacional e uma linha

unificada de comando. *Poder*, posto que exercem, no interior da *pólis*, uma influência sobre os destinos desta, sobre como esta se organiza e como ela devirá no futuro. As F.A. são, malgrado afirmação contrária, políticas, como se mostra com clareza no cenário do Brasil contemporâneo.

Conclusões

As F.A., ao defenderem taticamente o que defendem, têm, assim, um objetivo estratégico, que se consuma ainda que independentemente da forma como elas mesmas o planejaram. Ao se posicionarem e atuarem, ao manifestarem *força* e *poder*, as F.A. ajudam a delinear certa sociedade brasileira e, por extensão, certo papel de Brasil nas relações internacionais.

Primeiro, historicamente as F.A. passaram por dois momentos: um pré-ditadura e durante a ditadura (Pré 1985) e um pós (governo Sarney em diante). No pré e durante elas defendiam uma visão de Brasil como polo de defesa do Ocidente, mas, em economia, um papel ativo do Estado; deste modo, encaminharam durante os governos militares forte intervencionismo, criando estatais, industrializando o país, ainda que tendo como base o endividamento externo. No pós-ditadura, coincidindo com o Consenso de Washington (1989 em diante), passam a defender o neoliberalismo, ao mesmo tempo que, internamente, tentam proteger a corporação da investigação sobre os crimes da ditadura.

Defendendo o neoliberalismo, as F.A. se colocam em choque com sua própria doutrina. Chang (2005) mostra como o neoliberalismo ao invés de promover o desenvolvimento das nações periféricas, enceta o seu atraso. Seguindo os países avançados, que não estão interessados em mais um competidor no concorrido mercado internacional, ademais um como o Brasil, dotado de amplo território e recursos energéticos, minerais e agroflorestais, as F.A. exercem uma nefasta influência que condena o Brasil à periferia do sistema. Se cabe às F.A. a mera execução dos fins determinados pela política, cabe também a elas a defesa do Poder Nacional e a superação dos óbices que impedem seu alargamento. O neoliberalismo e sua pletera de defensores internos, ligados ao capital financeiro transnacional, o qual não está preocupado com o desenvolvimento do Brasil, é precisamente um desses óbices.

Para superar nossas atuais dificuldades, não propomos que as F.A. passem a ocupar o primeiro plano da cena pública. Para serem coerentes, devem se limitar aos

quartéis, alterando, ao mesmo tempo, o pensamento oficial que seus canais e representantes divulgam. As F.A. precisam estar conectadas com o povo, com a defesa deste, sua missão constitucional. Além do que, mesmo em termos de defesa do Poder Nacional em sua expressão militar, faz-se mister a Base Industrial de Defesa (BID), que subsidie o esse Poder na consecução de suas tarefas. Para não incorrer em patente contradição, as F.A. devem estimular essa base de defesa. O corolário desse estímulo é uma forte política de suporte da indústria e da ciência nacionais, habilitando o país ao pleno exercício de seu espaço no cenário internacional, enquanto nação com números hercúleos em termos de PIB, população, território, recursos naturais e, mesmo, indústria, tamanho das F.A. e produção científica. Haveria uma contradição entre o caráter legal das F.A., enquanto mera executora de decisões tomadas pela política, e a necessidade de se constituir a BID, o que implica uma política industrial ativa? O atual caminho das F.A., se imiscuindo com o neoliberalismo, trabalha contra essa mesma BID, de modo que seria necessária uma reorientação, no âmbito da defesa do Poder Nacional, atuando as F.A. pelos estritos canais institucionais em sua defesa.

A atual filosofia das F.A. somente desbasta o Poder Nacional, ao invés de majorá-lo. Cabe a ela reorientar-se e compreender que o inimigo interno não é a esquerda, os movimentos sociais ou os indígenas, atados à terra e à defesa da autêntica filosofia política brasileira, expressa por Cruz Costa¹⁷ e por Álvaro Vieira Pinto¹⁸. O inimigo em casa nossa são outros.

Referências

- ARISTÓTELES. *Metafísica*. SP: Loyola, 2002
BEAUFRE, A. *Introduction à la stratégie*. S.l.: s.e., 1963
CHANG, H-J. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. SP: EDUNESP, 2004
CLAUSEWITZ, C. von. *Vom Kriege*. Berlin: Ferd. Dümmlers Verlag, 1905
DESCARTES, R. *Discours de la méthode*. Paris: Vrin, 1987
DIÓGENES LAÉRCIO. *Lives of eminent philosophers*. Cambridge: Harvard University Press, 1959, vol. 1
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (ECEME). *Introdução à estratégia*. S.l.: CSP/ECEME, 2011
HUNTINGTON, S. P. *The clash of civilizations?*. USA, Foreign Affairs, c. 2013

¹⁷ João Cruz Costa (1904-1978) foi um filósofo brasileiro, notório defensor de uma filosofia voltada para a resolução dos problemas nacionais, quer dizer, eminentemente prática. Prefaciou livros que defendiam o desenvolvimento nacional em um tempo marcado por fortes polarizações políticas.

¹⁸ Álvaro Vieira Pinto (1909-1987) foi um filósofo brasileiro comprometido com a defesa de uma filosofia imiscuída com os problemas brasileiros. Atuou, sobretudo, no âmbito do ISEB, marcando presença com posições nacionalistas e populares.

- KIRK, G.S. RAVEN, J.E. SCHOFIELD, M. *Os filósofos pré-socráticos*. Lisboa: Calouste, 2010
- LUIZ, F. *Clausewitz, Liddel Hart, Beaufre, Foucault: O conceito filosófico de estratégia*. Rio de Janeiro, Ítaca, vol 34, 2019
- LYRA TAVARES, A. *O Brasil de minha geração*. RJ: BIBLIEX, 1976
- MINISTÉRIO DA DEFESA. *Manual de Campanha: ESTRATÉGIA*. S.l.: s.e., 2001
- PLATO. *Republic*. Cambridge: Harvard University Press, 1927, 2 vol.
- SILVA, G. do C. e. *Geopolítica do Brasil*. RJ: J. Olympio, 1967
- SUN TZU. *A arte da Guerra*. S/l: Novo Século, c. 2010
- TEMPELS, R.P.P. *La philosophie bantoue*. Paris: Présence africaine, 1961
- TOYNBEE, A. J. *Helenismo: história de uma civilização*. Tradução de Waltensir Dutra. RJ: Zahar, c1963
- TOYNBEE, A. J. *The world and the west*. London: Oxford University Press, 1953

Recebido em: 18/07/2022

Aprovado em: 24/10/2022